



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC/PMC-SECULT-GAB/PMC-SECULT-DC/PMC-SECULT-DC-ADC

TERMO DE REFERÊNCIA

Campinas, 12 de fevereiro de 2025.

1. OBJETO

1.1 Contratação da empresa **41.189.485 Welson Pereira da Silva**, inscrita no CNPJ nº 41.189.485/0001-90, representante legal do grupo **'Trovão Brasil'**, junto à Prefeitura Municipal de Campinas, para uma (1) apresentação artística, sendo o valor unitário de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, totalizando o valor do cachê em **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**, incluindo todas as taxas, tributos e ECAD. Cada apresentação terá a duração de 1h30 (uma hora e trinta minutos).

Esta contratação terá validade a partir da emissão da Nota de Empenho e não possui natureza contínua, não sendo necessário prorrogá-la além da efetiva execução da apresentação.

2. DATA, HORÁRIO E LOCAL

2.1 Conforme cronograma:

NOME DO EVENTO	DATA	HORÁRIO DO EVENTO	LOCAL
Bloco Vô Jajá	15 de fevereiro de 2025	10h às 19h	Jardim Nova Europa

3. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA

3.1 A seleção do profissional para participar do evento baseou-se em critérios de renome e reconhecimento público, consagração e expectativa do público desta região e estilo especificamente. Foram detectados presentes os aspectos de criatividade, técnica e profissionalismo, essenciais para uma apresentação de destaque.

O Estudo Técnico Preliminar, presentes nos autos deste processo, identificou a apresentação artística em tela como capaz de responder à expectativa pública e promover a diversidade artística na programação. Desta maneira, garante ao público *exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, além de apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais*, valorizando os espaços públicos, sempre prezando pela segurança e acessibilidade. Por meio da consagração profissional perante a crítica especializada ou da opinião pública, o que torna inviável a competição, conforme art.74, inciso II, da Lei Federal 14.133/2021, a contratação desta apresentação artística reforçará a qualidade e a importância do evento, proporcionando ao público uma experiência única e enriquecedora.

3.2

Welson Pereira da Silva, conhecido artisticamente como Trovão Brasil, é um cantor e músico de grande reconhecimento no circuito do samba do interior do Estado de São Paulo. Desde a infância, sua carreira esteve ligada à música, desenvolvendo uma capacidade ímpar de interpretação que lhe conferiu um timbre vocal diferenciado e admirado pelo público. Seu talento, aliado à tradição musical de sua família, consolidou seu nome como referência no gênero.

O grupo Trovão Brasil, formado por Trovão Brasil, seu irmão Fernando na percussão e acompanhamento vocal, e Sérgio no violão, possui uma trajetória consolidada e um repertório característico, sendo um diferencial no cenário musical. Sua atuação singular é reconhecida pela audiência e crítica especializada, o que justifica a escolha para compor eventos culturais e públicos de grande expressividade.

A contratação do grupo Trovão Brasil contribui significativamente para a valorização da cultura nacional e do samba, gênero musical de grande relevância histórica e cultural no Brasil. O grupo é reconhecido por sua capacidade de atrair público e promover experiências artísticas autênticas, fomentando a identidade cultural e a inclusão social por meio da música.

4. DESCRIÇÃO SOLUÇÃO

4.1 Os responsáveis pela execução da apresentação artística, bem como seus técnicos e toda equipe correlata, são obrigados a comparecer no local do evento de forma tempestiva, a fim de realizar os preparativos necessários, englobando a passagem de som, a montagem dos elementos cênicos, a produção de figurino e atividades similares. O horário de início e término da apresentação, determinado pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, deve ser rigidamente observado. Ademais, a apresentação artística deve estar em

conformidade com a Classificação Indicativa previamente divulgada, abstendo-se de qualquer conteúdo que contrarie as restrições estabelecidas por tal classificação.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. À contratada serão impostos os requisitos conforme estabelecido no artigo 74, parágrafo 2º da Lei Federal 14.133/2021:

- MEI: Cópia do Cartão do CNPJ;
- MEI: Certificado de Condição de MEI (CCMEI);
- MEI: Cadastro de Contribuinte;
- MEI: CPF, RG/CNH;
- MEI: Comprovante de endereço;
- MEI: Doc. com o Nº da CONTA BANCÁRIA JURÍDICA DA EMPRESA;
- MEI: DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;
- PJ: Cópia do cartão do CNPJ;
- PJ: Ato Constitutivo – Contrato Social da empresa ou requerimento de empresário se a empresa for individual, e última alteração contratual consolidada; caso não tenha contrato social, apresentar Certidão de Inteiro Teor da Junta Comercial onde está sediada a empresa. *Estatuto e Ata vigente em caso de Associação;
- PJ: Certidão Simplificada solicitada na Junta Comercial do Estado / Certidão de Breve Relato. Em caso de ME ou EPP apresentar a Certidão Simplificada solicitada na Junta Comercial do Estado ou Certidão de Breve Relato (quando a empresa for registrada somente no cartório);
- PJ: CPF, RG/CNH;
- PJ: Comprovante de endereço
- PJ: Comprovante do Nº da CONTA BANCÁRIA JURÍDICA DA EMPRESA;
- PJ: INSCRIÇÃO MUNICIPAL DA EMPRESA - Cópia autenticada ou original extraída da internet, de inscrição no Cadastro de Contribuinte no Município onde a empresa está sediada; (Cadastro Municipal Bens Móveis);
- PJ: DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES;
- MEI: CERTIDÃO DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS DO MUNICÍPIO;
- MEI: CERTIDÃO EMITIDA QUANTO À AUSÊNCIA DE SANÇÕES APLICADAS À EMPRESA RAZÃO SOCIAL;
- MEI: CERTIDÃO EMITIDA QUANTO À AUSÊNCIA DE SANÇÕES APLICADAS À EMPRESA CNPJ;
- MEI: CONSULTA EM RELAÇÃO DE APENADOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PELO CNPJ;
- MEI: CONSULTA AO CGU – PELO CNPJ;
- MEI: CERTIDÃO DO CADASTRO NACIONAL DE CONDENAÇÕES CÍVEIS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA/CNIA;
- MEI: CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS;
- MEI: CERTIFICADO DE REGULARIDADE JUNTO AO FGTS;
- MEI: PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA FEDERAL;
- PJ: CERTIDÃO NEGATIVA DE PEDIDOS DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS;
- MEI: DECLARAÇÃO OU CONTRATO DE EXCLUSIVIDADE DO ARTISTA;
- MEI: PROFISSIONALIDADE DO ARTISTA;
- MEI: PORTFÓLIO DO ARTISTA;
- MEI: CONSAGRAÇÃO PELA CRÍTICA ESPECIALIZADA OU PELA OPINIÃO PÚBLICA;
- MEI: 03 COMPROVANTES DE VALOR (MENOR PREÇO) - 03 comprovantes de valor cobrado pela empresa, que demonstrem que o valor proposto ao Município de Campinas para esta prestação de serviços, é igual ou superior ao cobrado pela mesma no mercado (cópia de Notas Fiscais);

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1 O modelo de execução do objeto adota uma prática comumente empregada no mercado, denominada show colocado, caracterizada por um preço global acordado entre o artista e a contratante. Nesse formato, o artista recebe o montante total e assume a responsabilidade por todos os custos associados ao espetáculo, englobando despesas como o transporte da equipe, eventuais custos trabalhistas, de alimentação, hospedagem e a liberação de direitos autorais junto ao sistema ECAD.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O Contratante, por meio do órgão gestor, efetuará a fiscalização e gestão dos serviços a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que julgar conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados e comunicar ao Contratante quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento do contrato ou o resultado final de sua execução.

7.2. No desempenho de suas atividades, é assegurado aos órgãos fiscalizadores o direito de verificar e exigir a perfeita execução do presente ajuste em todos os seus termos e condições.

7.3. A Contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Contratante.

7.4. Demais condições do modelo de fiscalização e de gestão do contrato constam do Termo de Referência.

8. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

8. 1. A condição de pagamento será 10 (dez) dias fora a dezena, após aprovação da Nota Fiscal pela Secretaria de Cultura e Turismo, que somente será emitida após a efetiva prestação de serviços;

8. 2. A Secretaria de Cultura e Turismo terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da apresentação da Nota Fiscal para aceitá-la ou rejeitá-la;

8. 3. A Nota Fiscal não aprovada pela Secretaria de Cultura e Turismo será devolvida à contratada para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição.

9. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO

9.1 Por meio de procedimento devidamente estabelecido, a presente apresentação artística foi selecionada com base em sua notoriedade e comprovada capacidade técnica. A escolha do referido ato artístico decorreu de análise criteriosa de seu histórico de desempenho e expertise técnica, em conformidade com os critérios estabelecidos pelas normativas pertinentes e objetivando assegurar a qualidade e adequação do evento em questão.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DE CONTRATAÇÃO

10.1 Preços unitários referenciais

10.1.1 O menor valor cobrado pela empresa **41.189.485 Welson Pereira da Silva** para realização de apresentação no mercado artístico do grupo “**Trovão Brasil**” é de **R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais)**.

10.2 Memórias de cálculo

10.2.1. Informamos ainda que há Memória de Cálculo, conforme SEI PMC.2024.00005043-11.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas referentes ao presente contrato serão previamente empenhadas e processadas por conta de verba própria do orçamento vigente, conforme dotação orçamentária a ser definida no processo de contratação.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12. 1. A contratante deverá:

12. 1. 1. Informar previamente o local, a data e o horário para a realização da apresentação artística;

12. 1. 2. Prestar à contratada todos os esclarecimentos necessários à execução dos serviços;

12. 1. 3. Efetuar o pagamento à contratada conforme as condições descritas neste Termo de Referência.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13. 1. São obrigações da contratada:

13. 1. 1. Executar os serviços em conformidade com o estabelecido neste Termo de Referência;

13. 1. 2. Obedecer rigorosamente horários para execução dos serviços, conforme determinação da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;

13. 1. 3. Arcar com todas as despesas relativas ao transporte de pessoal, além de taxas, seguro, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução dos serviços;

13. 1. 4. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em virtude da execução dos serviços, dentro do padrão contratado;

13. 1. 5. Acatar as determinações referentes à rigorosa observância das normas técnicas e de segurança na execução dos serviços.

13. 1. 6. Apresentar o repertório ao ECAD, para fins de liberação ou de recolhimento da taxa através de boleto bancário.

14. DAS PENALIDADES

14.1. Serão aplicadas à Contratada responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, nos termos dos arts. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021:

14.1.1. advertência, aplicável à Contratada que der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.1.2. multa de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado no início e/ou conclusão do serviço, até o 4º (quarto) dia corrido do atraso, após o que, a critério da Administração, poderá ser convertida em multa compensatória e promovida a extinção unilateral do contrato, cumulada com outras sanções;

14.1.3. multa compensatória em valor não inferior a 0,5% do valor do contrato e não superior a 30%, nas seguintes infrações:

14.1.3.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.3.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3.3. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.3.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.3.5. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

14.1.3.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.3.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.3.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846/2013 Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V, no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.1.4. impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Campinas, pelo prazo máximo de 03 (três) anos, nas seguintes infrações, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

14.1.4.1. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.4.2. dar causa à inexecução total do contrato;

14.1.4.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.

14.1.5. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nas hipóteses previstas no subitem anterior, que justifiquem

a imposição de penalidade mais grave que o impedimento de licitar e contratar e, ainda, nas seguintes hipóteses:

14.1.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato;

14.1.5.2. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.5.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), especialmente o inciso V - no tocante a contratos:

a) fraudar contrato;

b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar contrato administrativo;

c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

14.1.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.1.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.1.6.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.1.6.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.1.6.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.1.6.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.2. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.3. A aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a Contratada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.4. É admitida a reabilitação da Contratada perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

14.4.1. reparação integral do dano causado à Administração Pública;

14.4.2. pagamento da multa;

14.4.3. transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 03 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

14.4.4. cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

14.4.5. análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no subitem **14.4.**

14.5. A sanção pelas infrações de apresentar declaração ou documentação falsa durante a execução do contrato e praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013 exigirá como condição de reabilitação da Contratada, adicionalmente ao subitem **14.4.**, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

14.6. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.6.1. Possível a cumulação das multas moratória e compensatória quando tiverem elas origem e fatos geradores diversos.

14.7. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

14.8. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração.

14.9. O descumprimento parcial ou total, por uma das partes, das obrigações que lhes correspondam, não será considerado inadimplemento contratual se tiver ocorrido por motivo de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificados e comprovados. O caso fortuito, ou de força maior, verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar, ou impedir, nos termos do parágrafo único do art. 393 do Código Civil.

14.10. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

14.10.1. O recurso de que trata o subitem **14.10** será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.11. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento

15. DEMAIS INFORMAÇÕES

15. 1. Quaisquer informações poderão ser obtidas com o Departamento de Cultura, localizado na Avenida Anchieta nº 200, 15º andar, Centro, Campinas/SP, CEP 13085-608, telefone: (19) 2116-0524, e-mail: cache.cultura@campinas.sp.gov.br

15. 2. A Secretaria de Cultura e Turismo reserva-se no direito de promover mudanças na agenda em decorrência de situações de força maior, conforme definidos no Código Civil. Cancelamentos informados com antecedência mínima de 02 (dois) dias corridos não implicará o pagamento da(s) atividade(s) prevista.



Documento assinado eletronicamente por **GABRIEL GUEDES RAPASSI, Diretor(a) de Departamento**, em 13/02/2025, às 10:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **13778638** e o código CRC **F6998B0E**.